

Título: Programa Mais Educação: uma releitura da proposta de Educação Integral?

Autor(es) Wilna Mello De Souza*; Amanda Zambe dos Santos; Andreza de Oliveira Borges Cabral; Mônica Araújo de Freitas Flôr; Solange Conceição dos Santos Villela

E-mail para contato: wilnamello@terra.com.br

IES: UNESA / Rio de Janeiro

Palavra(s) Chave(s): educação integral; políticas públicas; currículo; recontextualização; hibridismo

RESUMO

A pesquisa pretendeu investigar o Programa Mais Educação enquanto uma releitura da concepção de Educação Integral, tendo como referenciais teóricos as pesquisas recentes sobre Educação Integral e Escola de Tempo Integral, e sobre as políticas públicas de currículo que abordam os conceitos de: recontextualização e hibridismo. Os dados coletados foram preeminentemente descritivos. Num primeiro momento foram analisados as legislações do MEC que referendam o programa, com a finalidade de investigar as compatibilidades e incompatibilidades com as concepções de educação integral presentes nas políticas públicas ao longo da história e as expressas nesses documentos. Num segundo momento foi realizado um estudo exploratório em três escolas da rede pública que participam do programa há mais de dois anos, com o intuito de apreender a releitura do Programa Mais Educação pela comunidade escolar. A pesquisa demonstrou que o MEC, os Sistemas de Ensino e as Unidades Escolares fazem diferentes leituras e recontextualizam de forma própria o conceito de educação integral presente no Programa Mais Educação nos seus diferentes campos de atuação. Embora as legislações mencionem ações educativas na perspectiva da educação integral, esses mesmos documentos estabelecem que o processo de educação integral se dará por meio de atividades socioeducativas, dirigidas a apenas uma parcela de escolas e de estudantes da rede pública, conferindo ao programa um caráter assistencialista e compensatório, porém distante daquelas pretendidas pelo movimento escolanovista. Por sua vez, os sistemas de ensino reforçam esse caráter quando estabelecem que os alunos beneficiários do "Programa Bolsa Família" sejam o público alvo do "Programa Mais Educação". Já as escolas ao se adequarem ao programa sem as condições desejáveis hibridizam as ações definidas na legislações modificando carga horária, improvisando profissionais, espaços e horários, conforme sua cultura particular presente no dia a dia da escola. No aspecto pedagógico os documentos referendam uma prática voltada para um currículo que reorganize espaço/tempo, que favoreça o diálogo entre os conteúdos disciplinares e os saberes locais, e que articule as disciplinas curriculares com os diferentes campos de conhecimento. No entanto, não consideram relevantes a infraestrutura da escola e a qualificação dos profissionais. A preocupação evidente nesses documentos e nas orientações dos diferentes sistemas de ensino é com a questão da ampliação do tempo escolar. Percebe-se no âmbito das escolas pesquisadas que o programa é visto apenas como uma política compensatória voltada apenas para alunos com baixo desempenho escolar e que a educação integral na escola pública brasileira é ainda um projeto inacabado e em permanentemente construção e reconstrução. A diversidade e a multiplicidade de leituras e interpretações que são feitas constituem-se novos desafios e abrem novas possibilidades. Por isso, acredita-se que a investigação dos processos que a educação pública brasileira vem desenvolvendo na busca pela educação integral, se torna cada vez mais necessária para garantia de uma escola voltada para formação global dos alunos e focada na prática cidadã.